

MACHADO, Anna Rachel. (2004) *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: EDUEL, 325p.

Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna *

Para apresentar aos leitores esta resenha do livro *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*, parece-me necessário comentar, brevemente, algumas questões sobre o trabalho em geral, para poder me deter no objetivo do livro de apresentar o ensino como trabalho: afinal o que isso quer dizer? Ensinar não foi sempre a representação de uma profissão, a de professor? O que muda, então, aqui neste livro? Além disso, o título já nos avisa que o enfoque privilegiado será o discursivo, sobre o qual tecemos também brevíssimas considerações. Uma vez feito isso, faremos referência a cada um dos capítulos, tal como costuma ocorrer no gênero resenha.

Tradicionalmente, as análises sobre o mundo do trabalho voltam-se para os sistemas de produção e o lugar do trabalhador no processo produtivo. Para desenvolvê-las, as Ciências Sociais – Economia, Sociologia, Psicologia, – propuseram, ao longo do tempo, diferentes enfoques e metodologias de aproximação ao mundo do trabalho. O trabalho como objeto de estudo é, pois, tratado por essas ciências como “fundamento da existência da sociedade, ao mesmo tempo que sua essência e sua finalidade última” (Gorz, 2003: 21). Estamos, então, na esfera da atividade de caráter público, reco-

* Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

nhecida como útil e por isso remunerada, o que nos faz adquirir uma identidade social, a da profissão.

Essa perspectiva remonta ao século XVIII, fortalece-se no XIX, e, se por um lado, consolida-se no XX, por outro, abre-se a discussões que mudam o centro das atenções: há um conjunto de propostas que se volta para a atividade humana no trabalho, para compreendê-la e transformá-la, em busca da saúde do trabalhador. Esses estudos em Ergonomia Situada abriram novo diálogo com as demais Ciências Sociais em relação a seu foco sobre o trabalho. Essa conjugação de esforços redireciona o entendimento do que é trabalho e instaura a atividade como unidade de análise do que realiza o trabalhador. Essa opção sustenta-se pela valorização do trabalhador como sujeito dessa atividade, como aquele a quem compete fazer dialogar as regras gerais e a sua subjetividade, na micro-organização cotidiana de sua atividade.

Outros estudos sobre a ação do trabalhador em sua atividade, que incorporam essa proposta ergonômica, passam a incluir, por exemplo, a visão da Ergologia (proposta desenvolvida por Schwartz, junto ao grupo APST¹), que considera "os usos de si" convocados por todos os seres industriais como uma marca do trabalho que não pode ser desconsiderada. Percebe-se, portanto, que os estudos sobre a atividade do homem no seu trabalho vem recebendo muitas contribuições de modo a melhor compreender para transformar aquilo que cause fadiga ou doença, física ou mental.

E os estudos sobre o trabalho do professor?

Na verdade, esses estudos também participam desse movimento de mudança no foco sobre a atividade docente. Alguns, tal como os paradigmas gerais das tendências teóricas que consideram o produto a medida de verificação do resultado de um trabalho, vão medir e quantificar o que os aprendizes demonstram conhecer sobre

¹ Grupo Analyse Pluridisciplinaire de Situation de Travail, fundado em 1980, situa-se na Université de Aix-en-Provence, França.

certo assunto e relacioná-lo à eficácia do ensino do professor. Isso significa que entendem que o produto do trabalho do professor é o que aprendem seus alunos: a uma tarefa corresponde um produto que pode ser observado, considerando regras e padrões de qualidade.

Esses estudos vão incorporando, em outra direção, questões, como, por exemplo, a possibilidade do professor refletir sobre seu trabalho e mudar sua ação pedagógica. Essa idéia de ensino reflexivo associada à de ensino centrado no aluno buscam romper com uma certa visão de que haveria no ensino um caráter de repetição e de automação – tomemos como exemplo as metodologias de ensino de línguas baseada na repetição e memorização de estruturas. Porém, essa perspectiva acaba por atribuir ao professor uma responsabilidade pessoal sobre seu sucesso ou fracasso – e como consequência, o de seus alunos –, apagando a instituição, o meio e as condições sociais de execução da sua ação. Além disso, toda sua atividade seria compreendida como submetida a seu total controle, não havendo a compreensão de que nosso discurso – e, portanto, nossa ação – tem parte de seus sentidos atribuídos fora do alcance do dito (ver, por exemplo, Coracini, 2003; Zeichner, 2003).

Nesse livro *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*, vamos encontrar a contribuição da Ergonomia Situada e da Ergologia, aliadas aos estudos discursivos, como fundamentais para entender e analisar a atividade de trabalho do professor a partir de outro posicionamento, ao propor o entendimento de que há um movimento intrinsecamente necessário à atividade numa certa situação de trabalho: um contínuo e ininterrupto refazer da ação que um trabalhador executa sobre as normas organizadoras, reguladoras, que antecedem a sua ação, e, portanto, sua atividade é sempre e necessariamente um encontro entre a norma e a sua renormalização.

Tal renormalização, contudo, longe de ser exclusivamente individual, guarda a memória do coletivo ao qual se conecta a atuação do profissional, assim como faz com que o professor se depare com

as condições do meio, marcado por traços culturais e sociais específicos. Schwartz (1998:5) afirma que “não existe situação de trabalho que não convoque ‘*dramatiques* usos de si’, as quais se prendem aos horizontes de uso dentro dos quais cada um avalia a trajetória e o produto, ao mesmo tempo individual e social, do que é levado a fazer”.

Ao lado dos estudos em Ergonomia Situada e Ergologia, pode-se observar a atividade de trabalho na perspectiva da Psicologia Social que sistematiza um diálogo com estudos bakhtinianos. Nos estudos de Clot (2001), observamos que se coloca no centro da atividade o sujeito que a realiza, que necessita, porém, do outro para construir o seu objeto. Clot afirma que não se tem acesso ao objeto de trabalho de forma direta, ele é sempre indireto porque é pré-habitado pela atividade do outro. Assim, a situação de trabalho do professor pressupõe uma atividade atravessada por um conjunto de ações que incluem as dos alunos, as da direção, as dos demais docentes, as das famílias, as das autoridades do campo educacional ... e, ainda, as de todos os níveis de prescritos que esse trabalho pressupõe.

Esse livro, portanto, traz a público, pela primeira vez no Brasil, um conjunto sistematizado de textos que partilham a idéia de trabalho em ensino como sendo “um trabalho de concepção, de organização e de regulação do meio de trabalho dos alunos” (Amígues, capítulo 2: 46). Amplia-se, o diálogo entre os estudos da linguagem, os da educação e os do mundo do trabalho. E, ao mesmo tempo, afasta-se da idéia de que o que aprendem os alunos representa o trabalho do professor e, como consequência, pode ser atribuído a esses alunos um estatuto de “trabalhadores”, já defendido por Rocha (2003), em artigo sobre aprendizes de língua estrangeira em situação de formação profissional. Afasta-se, ainda, da idéia de que o professor tem autonomia para mudar sua prática, bastando para isso refletir sobre ela.

É de outro posicionamento discursivo que falam os textos desse livro: o dos discursos que circulam sobre o trabalho do professor

que o situam na confluência tarefa-atividade, da qual os alunos são parte inerente, porém não correspondem ao resultado dela.

Ao referir a noção de posicionamento discursivo, é preciso, então, situar a visão de linguagem que atravessa todos os capítulos do livro: percebe-se que o conjunto dos autores partilha a visão dialógico-discursiva de linguagem – como o próprio título já nos antecipa – associada a percepções do interacionismo sócio-discursivo. Essa visão de linguagem vai se concretizar de modo diferente em cada capítulo, conforme veremos nos comentários mais específicos, que apresentamos a seguir.

Registro que os autores dos textos integram diferentes grupos de pesquisa, de vários países, que vêm dialogando sobre o assunto. São eles: ALTER e ATELIER, Brasil; LAF, Suíça; ERGAPE, França.

Iniciamos pela organização do livro. Esta conta com uma Apresentação, elaborada pela organizadora Anna Rachel Machado, detalhada e elucidativa do conjunto dos textos e dos grupos de pesquisadores ali representados, e inclui um histórico do momento que vivemos a educação no Brasil e a constituição da proposta, que se consolida na forma desse livro. Além disso, o Prefácio, elaborado por Beth Brait, o coloca como “uma espécie de livro fundador” e ressalta sua dimensão inovadora ao associar dimensões subjetivantes e sócio-culturais, na busca da “construção de uma história coletiva mais humana”. Quanto à sua divisão interna, tem-se duas partes: Parte I, intitulada “Pressupostos teóricos e metodológicos”, composta por seis capítulos, e Parte II, intitulada “Facetas do trabalho educacional”, composta por cinco capítulos.

A Parte I, como o próprio título já antecipa, tem seus capítulos dedicados a reflexões teóricas e metodológicas de natureza diversificada. O primeiro capítulo “O trabalho do professor nas pesquisas em educação: um panorama” é de autoria de Frédéric Saujat (Grupo ERGAPE). O texto nos oferece um histórico de paradigmas voltados para o estudo sobre o professor e sua prática. Inicia pelos estudos processo-produto, a seguir refere-se aos de concepção cognitivista; como forma de opor-se a essas correntes, apresenta a

abordagem etnográfica e a da reflexão-em-ação; dando prosseguimento, faz referência ao modelo dos processos interativos contextualizados. Em seguida, procura associar à essa reflexão propostas de estudos de didática francesa, com a finalidade de registrar que esses estudos mesmo quando buscam “um reequilíbrio em proveito do pólo professor”, ainda “continuam cativos de uma concepção unifinalizada da atividade educacional”. Conclui propondo que se mobilizem as tradições e instrumentos de análise do trabalho do ponto de vista da Ergonomia Situada, de modo a fazê-los dialogar com os da educação, para melhor compreender o trabalho do professor.

O segundo capítulo, “Trabalho do professor e trabalho de ensino”, de René Amigues (Grupo ERGAPE), é um texto que deve passar a ser de referência para todos os que se dedicam ou se interessam por esses estudos. O autor consegue apresentar de modo claro e consistente a resposta à sua indagação de partida – “Como considerar as formas de fazer do professor quando se adota o ponto de vista da análise do trabalho, e o que traz de novo esse ponto de vista?”. Para responder a essa pergunta, seu texto esclarece por que a atividade deve ser tomada como unidade de análise e expõe como o trabalho docente é instrumentalizado e direcionado, explicando o papel das prescrições, dos coletivos, das regras do ofício, das ferramentas. Finaliza fazendo sua proposta de que o trabalho de ensino seja compreendido como “um trabalho de concepção, de organização e de regulação do meio de trabalho dos alunos”, de modo que as relações ensino-aprendizagem possam ser observadas a partir de outra perspectiva.

O terceiro capítulo “Gêneros de discurso, gêneros de atividade, análise da atividade do professor” foi elaborado por Daniel Faïta (Grupo ERGAPE, participou da fundação da APST). Nesse capítulo, o autor comprova a produtividade da articulação anunciada no título, ao aproximar a noção bakhtiniana de gênero de discurso à de gênero de atividade. Essa aproximação, segundo Faïta, considera que “os gêneros de discurso têm valor normativo, porque existem

independentemente do locutor”, porém abertos a transgressões, o que daria ao sujeito o espaço de “fabricar gêneros” na sua prática, cabendo ao outro a validação dessa fabricação. Para exemplificar sua proposta teórica, expõe situações de sala de aula francesa e faz comentários analíticos que ajudam a esclarecer seu ponto de vista. Conclui, afirmando que observar a atividade como um gênero faz avançar no conhecimento do trabalho docente.

“O ensino como trabalho”, de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Grupo ATELIER), é o quarto capítulo da primeira parte. A professora vem desenvolvendo pesquisas no âmbito dos estudos de linguagem e trabalho desde meados dos anos noventa. A autora apresenta aos leitores de textos voltados para estudos lingüísticos um breve histórico do que se entende por abordagem ergonômica do trabalho. Expõe conceitos básicos que são retomados a seguir na apresentação da atividade do professor, entendida a partir desses pressupostos ergonômicos. Também situa seus leitores quanto a metodologias desenvolvidas para a observação da atividade, particularmente as aplicadas por Faïta e Clot, nas suas práticas desenvolvidas na “clínica da atividade”, dedicada aos estudos sobre situações difíceis no trabalho.

No capítulo quinto, “O trabalho desterrado”, de Maurício Ernica (Grupo ALTER) tem-se uma mudança de perspectiva, em relação aos quatro anteriores. Ainda que seu objetivo seja observar “discursos que prescrevem ou teorizam sobre o trabalho do professor presumindo papéis genéricos para o professor e o aluno”, seu texto está voltado para o relato de uma experiência vivenciada pelo autor junto a projetos que buscam promover o letramento em jovens de comunidades populares. Parece-me que, talvez por isso, estivesse mais adequado à segunda parte do livro. Após a apresentação das instituições promotoras das ações e do conceito de letramento que interessa à pesquisa, o autor comenta características de seus parceiros de pesquisa – os jovens – e dos discursos sobre (des)qualificação. A seguir, aponta traços das contradições entre trabalho do professor e tarefas institucionais demandadas aos jovens, para finalizar com

reflexões sobre a necessidade de se compreender o trabalho do professor que considerem as “pessoas concretas, com suas riquezas, seus limites, seus receios e suas possibilidades”.

O último capítulo da primeira parte, “Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional”, de Jean-Paul Bronckart (Grupo LAF) e Anna Rachel Machado (Grupo ALTER), encerra de forma talentosa essa parte teórico-metodológica. Ambos os pesquisadores de larga experiência, unem-se para proporcionar aos leitores um mapa, uma cartografia dos passos a serem seguidos para alcançar a terra prometida: os resultados da pesquisa. Quantos embaraços todos vivemos em busca de uma metodologia razoavelmente estável para desenvolver pesquisas de natureza semelhante. Como pesquisadores da área, valorizamos essa busca metodológica porque todos sabemos que nem sempre é fácil definir com clareza um caminho, de modo que a generalização – sempre parcial e sujeita a renormalizações – possa ser aproveitada por outros pesquisadores. É assim que entendo o texto dos autores: como uma norma explicitamente aberta a renormalizações. Os autores iniciam justificando o interesse por textos que prescrevem a ação docente no campo da educação. Terminam o item com uma série de perguntas norteadoras dos passos a serem seguidos nessa etapa. A seguir, vão introduzir procedimentos de análise lingüístico-discursivos (usam como exemplo a carta do Ministro da Educação que consta dos PCN). Nesse momento, descrevem de modo claro a seqüência de ações que demandam pesquisas dessa natureza. As conclusões registram que essa metodologia não abarca tudo o que os textos educativos podem envolver, exigindo adequações à proposta apresentada.

Encerrada a primeira parte do livro, na qual o foco central foram questões teóricas e metodológicas, passamos à segunda que inclui textos sobre várias análises lingüístico-discursivas de situações que envolvem o trabalho do professor, entendido conforme apresentado na primeira parte. Desse modo, o capítulo sétimo “O trabalho do professor em EaD na lente da legislação”, de Lília Santos

Abreu Tardelli (Grupo ALTER), dedica-se a um estudo *sobre* o trabalho: como “o trabalho do professor em educação à distância é apresentado na legislação brasileira”. Para desenvolver esse objetivo, inicia seu texto expondo as bases conceituais que justificam o estudo de textos “prefigurativos” da ação educacional, tendo como foco a EaD. A seguir apresenta um histórico das leis que tratam do assunto e define seu *cópus*: o Decreto n° 2.494, de 1998. Na sua metodologia fica explicitada sua opção pelos passos expostos no capítulo seis do livro. Suas análises comprovam que, na concepção da lei, ao professor não cabe nenhum agir, este, na verdade, é atribuído a seres inanimados – cursos e instituições. Como conclusão, a autora nos remete à rede discursiva que essa análise estabelece sobre a educação à distância no Brasil. É reveladora sua análise e seu alcance não se resume à EaD, mas dialoga com outros estudos sobre textos da ordem dos discursos prescritivos da educação, que encontram resultados semelhantes².

O capítulo oitavo, “As contribuições de uma abordagem praxeológica do discurso para a análise do trabalho do professor: o enquadramento das atividades em aula”, de Laurent Filliettaz (Grupo LAF), propõe-se a mostrar “como uma análise do trabalho centrada na linguagem, na interação, pode contribuir para uma melhor compreensão da profissão de professor”. Para isso, o autor apresenta seu enfoque teórico de uma abordagem praxeológica do discurso, explicada como aquela que “toma as relações entre linguagem e ação como eixo central de seu questionamento” e utiliza categorias como enquadramento, papel, engajamento, entre outras. Assim, desenvolve sua perspectiva teórica, a partir da discussão das relações que se podem estabelecer entre discurso, ação e atividade, utilizando-se

² Conforme trabalhos desenvolvidos, por exemplo, por Dayala Vargens, Maria Cristina Pimentel, Beatriz Sánchez, Maria Cristina Giorgi, em análises sobre os PCN – EF e PCN - EM, em curso de Mestrado em Linguística, ministrado no IL/ UERJ em 2004/1, e por bolsistas de iniciação científica, que estão analisando regimentos escolares, na mesma Universidade.

de teóricos de tendências variadas. Define seu *cópus* de estudo como uma sala de aula em situação de imersão, numa escola suíça que recebe imigrantes. Sua análise dedica-se a observar, então, os redirecionamentos que o professor faz e como gerencia as situações não planejadas de sua atividade. Conclui, ressaltando que essa metodologia pode ser associada a entrevistas, que poderiam dar um contorno mais completo à compreensão da ação do professor.

No capítulo nove, “O discurso do professor sobre sua própria ação: questões metodológicas da entrevista”, de Itziar Plazaola Giger (Grupo LAF), encontramos uma proposta de observação do agir educativo em outros espaços que não a sala de aula. Assim, o autor volta-se para o que o professor diz de seu trabalho em entrevistas realizadas antes e depois de uma aula, também gravada. Após apresentar o seu entendimento do dispositivo entrevista, o autor expõe o apoio teórico para as análises que se seguem. O estudo aponta para duas ordens de resultados: uma de caráter metodológico em relação às entrevistas - mostrando que todo o entorno, a “periferia”, deve constituir a entrevista; outra, quanto às características do agir do professor, que comprova a hipótese inicial sobre o conhecimento do agir “que é dependente das palavras dos próprios agentes”. Isso significa que a metodologia permitiu “tornar visíveis algumas ações de ensino próprias de uma aula de segunda língua”.

A autora do capítulo dez, Eliane Lousada (Grupo ALTER), “Os pequenos grandes impedimentos da ação do professor: entre tentativas e decepções”, ruma pela metodologia da autoconfrontação simples³ para aproximar-se da palavra do professor sobre o seu trabalho. Para isso, faz a apresentação da visão ergonômica de trabalho prescrito e trabalho real, explicita o instrumento escolhido – a partir

³ Essa metodologia pressupõe a gravação em vídeo do trabalhador no momento da atividade, que será motivo de seus próprios comentários em outro momento, ao lado do pesquisador que lhe fará perguntas elucidativas sobre suas micro-decisões na gestão de sua atividade.

das propostas de Clot - e expõe a análise do material que coletou. Sua análise segue o proposto no capítulo seis desse livro, e chega à conclusão de que a impossibilidade de reorganizar seu meio de trabalho causa sofrimento e decepção no professor observado: são muitas as dimensões que cruzam a atividade docente e com ela interagem. Sua discussão, portanto, aponta que a idéia do que seria um bom professor fica marcada por essa interação na qual esse se encontra a atividade: outras dimensões constituem a dimensão didática, impedindo que esta possa ser compreendida como isolada ou o constituinte maior.

O último capítulo, o onze, intitula-se “O diário do professor-aluno: um instrumento para a avaliação do agir”, de Tânia M. Mazzillo (Grupo ALTER), está voltado para a análise das formas de avaliar o agir do professor, observado em sala de aula por outros professores. Em sua pesquisa, a autora recorre aos estudos dialógicos, para a noção de polifonia e heteroglossia, de modo que possa observar essas manifestações nos registros dos diários, em particular no que tange à avaliação. Soma a essas noções o interacionismo sócio-discursivo, utilizado na perspectiva explicitada no capítulo seis desse livro. O diário em estudo é o da própria autora, quando esteve em situação de aluna de língua estrangeira. Sua análise ressalta que as marcas da vozes demonstram múltiplas referências sociais, que ao se referirem ao trabalho do outro revelam posicionamentos enunciativos nem sempre harmônicos. Isso, de certo modo, coloca a avaliação do trabalho do outro como fonte de informação para a formação docente.

Terminada a apresentação de cada capítulo, inclui um comentário final. Efetivamente, o déficit político do professor – aqui entendido como o espaço não ocupado devido a contingências que escapam a sua decisão - está registrado em mais de um dos capítulos, cito em particular a análise da legislação sobre EaD, que comprova seu apagamento no espaço de produção da ação em discursos da prescrição. Acreditamos que observar a atividade do professor, a

partir da perspectiva apresentada pelo livro, pode vir a contribuir para diminuir esse déficit, caracterizado pelo meios (salários, condições de trabalho, oportunidade de atualização e aperfeiçoamento ...) e pela organização da divisão do trabalho dos professores. Apropriar-se e submeter essas questões a suas próprias necessidades, no movimento infundável do encontro norma-renormalização na atividade de professor, pode vir a ser um caminho de mudança na formação de professores e na sua formação continuada. Inaugura-se uma linha de análise do trabalho do professor, que esperamos seja produtiva e longa.

BIBLIOGRAFIA

- CLOT, Y. Editorial. In: *Revue Education Permanente*, nº 146, 2001/1, p.7-47.
- CORACINI, M.J. (2003) A abordagem reflexiva na formação do professor de língua. In: CORACINI; BERTOLDO (orgs.) *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas, Mercado das Letras, p.305-328.
- GORZ, A. (2003) *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*. São Paulo, Annablume.
- ROCHA, D. (1998) Une approche discursive de la classe de langue étrangère en tant que lieu de travail. In: *Revista DELTA*. São Paulo, EDUC, vol 19:1, 2003, p. 155-180. SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência. Um exercício necessário para uma questão insolúvel. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, UNICAMP, vol. 19, nº 65, p.1-28.
- ZEICHNER, K.M. (2003) Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, R.L.L. (org.) *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo, UNESP, p.35-54.